

(10/11/88) p. 2 NOV 1988

2 de novembro de 1988 CORREIO BRAZILIENSE

# Presidente do TST teme acúmulo de ações em 89

Porto Alegre — O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Marcelo Pimentel, calcula que no próximo ano cerca de cinco milhões de ações trabalhistas entrarão nas Delegacias Regionais e Juntas de Conciliação e Julgamento, em decorrência do que chama de "excesso de dúvidas" sobre a aplicabilidade das conquistas sociais e do trabalho alcançado com a nova Constituição.

Marcelo Pimentel, que propõe uma transformação geral na Justiça do Trabalho, com mudança de suas regras processuais e o "abandono" do Código Civil, afirma que ela "não está aparelhada para atender este acréscimo de demanda, que deverá superar em cinco vezes a já existente".

Segundo o ministro, a Justiça do Trabalho sofre hoje uma carência de Juntas de Conciliação e Julgamento em várias regiões, mas ele destaca Camaçari, na Bahia, Porto Alegre, a região do ABC paulista como "zonas críticas" no atendimento de questões trabalhistas. São Paulo e Rio de Janeiro já começam a fazer parte da lista e, no



Pimentel

próximo ano, deverão encabeçá-la pelo número reduzido de juntas. No Rio, Pimentel disse que o problema será gerado pela grande concentração de funcionários públicos.

O presidente do TST, que defende a adoção de um "processo específico de trabalho" ao invés do Código Civil, salienta que a Justiça do Trabalho precisa de 400 novas juntas, cujas ins-

talações são reivindicadas desde o início do governo Sarney, que chegou a garantir a criação de 170 delas mas depois voltou atrás e cancelou a medida.

Na mudança de sua operacionalidade, o ministro chama atenção para a necessidade de alterações na Procuradoria Geral do Trabalho, "que é de fato muito morosa e amarra os processos". Ele acrescenta que isto tem gerado problemas em Brasília, São Paulo e no Rio Grande do Sul. A proposta do ministro neste ponto é a formação de turmas normativas, que, conforme diz, julgariam os processos em quatro meses. Hoje este procedimento leva em torno de um ano.

Marcelo Pimentel considera "boa" a idéia do pacto social, mas assevera que simplesmente não acredita nele, porque não vê "disponibilidade de nenhuma parte abrir mão de seus ganhos com o atual custo de vida". No seu entender, o pacto pressupõe o entendimento e o cumprimento, "mas num país em que o governo não consegue nem estabelecer os feriados direito, de que forma haverá pacto?".